

Discurso do Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos saudando a posse do Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque na presidência do Tribunal de Contas de Pernambuco

Quarta-feira, 18 de dezembro de 1996, pelas 11 horas da manhã, o Pleno desta Corte, em sessão especial, elegeu, à unanimidade, o Dr. Ruy Lins de Albuquerque novo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, escolhendo, de igual maneira, os Conselheiros Severino Otávio Raposo Monteiro e Fernando José de Melo Correia, respectivamente, para Vice-Presidente e Corregedor.

Hoje, dois (02) de janeiro, no alvorecer de 1997, mais uma vez engalana-se este Auditório para a Solenidade de Posse dos eleitos e a despedida do timoneiro Antônio Corrêa de Oliveira Andrade que, na sua gestão, emprestou a esta Casa honradez e sabedoria, atributos que lhe são, essencialmente, próprios.

Reconhecidamente a minha tarefa é difícil, principalmente, muito mais difícil é a tarefa do Dr. Ruy Lins, em comandar esta Corte, sob duas situações factuais que, muito dele exigirão.

Primeiro, em que pese sua competência testada pela história e confirmada por todos, substituir Antônio Corrêa é emprestar dimensão gigantesca ao novo administrador.

Antônio Corrêa, cuja fidalguia, herdada de uma das mais tradicionais famílias pernambucanas, assumiu o timão desta Casa, depois de haver sido testado, com sucesso, à frente de sua empresa particular e haver sido louvado nas suas atuações públicas. Representou, com raro brilhantismo, o povo do Recife, na Casa José Mariano, como atuante Vereador.

Na Assembléia Legislativa, aonde esteve por delegado do povo pernambucano, destacou-se como Deputado e como Presidente da Casa Joaquim Nabuco.

Convocado para o Executivo, brilhou, como Secretário de Administração do Governo de Pernambuco.

No mundo das letras, a elite intelectual do nosso Estado silencia para ouvi-lo e a Academia Pernambucana de Letras orgulha-se do ilustre representante da Cadeira Monsenhor Manoel Costa

Honorato.

Indicado para o Tribunal de Contas, encerra, hoje, sua gestão como arrojado Presidente. Administrou dias tormentosos, realizou obras pioneiras e rechaçou insinuações maledicentes contra esta Casa e seus integrantes, com bravura e prontidão. Para manutenção dos princípios fundamentais da administração, soube, na feliz expressão de Guevara, "endurecer, sem jamais perder a ternura".

Dr. Ruy terá, entre outras missões, a de continuar o trabalho de seu antecessor. Temos convicção de que não lhe faltará grandeza "para continuar a arremessar a lança onde um outro a tenha deixado" na feliz expressão de Nietzsche.

Ruy Lins de Albuquerque tem suas raízes patriarcais na longínqua Sertânia - sertão pernambucano - cujo ambiente carinhoso e amigo jamais olvidou. É ele o 15º filho do ex-Deputado Federal Ulisses Lins de Albuquerque e de Dona Rosa Bezerra Lins de Albuquerque.

Iniciou o curso de Engenharia, no Recife e, no Rio de Janeiro ingressou na Faculdade de Direito, vindo bacharelar-se em Recife no ano de 1961.

Filho do Deputado Federal Ulisses Lins de Albuquerque, não menos importante é ser irmão do ex-interventor de Pernambuco, Governador eleito do nosso Estado e Deputado Federal Etelvino Lins de Albuquerque que integrou, com destaque e participação, a vida política nacional, havendo-se com honestidade e bravura.

Todavia, como homem fincado no seu tempo, coerente com o seu passado e preocupado com o amanhã, o Dr. Ruy Lins foi encontrar sustentação no carinho e na fidelidade de Dona Maria de Lourdes, que, além do apoio, lhe deu os frutos sagrados do amor - seus filhos - Sérgio, Mônica, Silvío e Cláudia.

Esse acontecimento é, de tal modo grandioso, que Dona Lourdinha e Ruy já merecem, hoje, o afago e a meiguice de seus queridos netos, luz ardente e promissora de amor perene...

Dr. Ruy pontificou, como titular da Secretaria de Administração do Estado, no governo Paulo Guerra.

Em março de 1970, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, dedicando-se, de corpo e alma, a esta Casa. Para se ter uma idéia de sua trajetória, em dezembro de 1973 foi eleito Vice-Presidente, sendo, respectivamente reeleito até o ano de 1979 quando foi escolhido Presidente e reeleito para o primeiro posto do Tribunal de Contas por mais quatro vezes.

Além da Presidência, é membro efetivo da Comissão de Promoções. Em 1989 foi designado para compor, como Presidente, a Comissão de Elaboração de Regimento Interno desta Corte. A ele foi delegada a tarefa de tomar as medidas necessárias para o primeiro Concurso Público do Tribunal, depois da Constituição de 1989.

Por merecimento, recebeu a medalha Nilo Coelho, sendo, em dezembro de 1995, eleito, mais uma vez, Vice-Presidente deste Tribunal.

Vimos a grandeza do seu currículo. Apesar disso, vez por outra, somos surpreendidos pelo Dr. Ruy, sentado na sala dos motoristas, jogando gamão, contando e ouvindo histórias, vivendo a verdade evangélica de ser o maior e o menor.

A sua festa posse acontece sob o clima do Natal, onde o infinito de Deus, na fragilidade de uma criança, nascida de uma mulher, fez a altura e a largura do universo convergirem para o Presépio de Belém. Pedimos ao Deus menino que derrame suas bênçãos sobre o novo Presidente desta insubstituível Corte de Contas.

Sabemos, repete o Ministro Marcos Vilaça, que o Controle Externo à Administração Pública está a cargo do Poder Legislativo do qual este Tribunal de Contas do Estado (ETC) é uma espécie de irmão gêmeo.

A tarefa específica da Instituição do novo Presidente, é apreciar, subsidiariamente à Assembléia Legislativa, a execução das políticas governamentais, a consistência entre os meios e objetivos, o uso dos recursos públicos, a legalidade e a normalidade das ações administrativas, sua eficiência, eficácia, efetividade e o grau de alcance dos objetivos estabelecidos, no planejamento do governo, ensina o "imortal" Marcos Vilaça.

Não é tarefa simples, presidir uma Corte de Contas, no mundo de hoje, que tem papel controlador sobre todos os poderes estatais, participando de atividades legislativas, executivas e judicantes, suscitando

do "controvérsia quanto à sua filiação a um determinado ramo dos três poderes".

O saudoso e festejado Mestre Seabra Fagundes, em sua conferência proferida no 8º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, sustenta, repetindo Rui Barbosa, que se trata "de um Tribunal sui generis, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma com atribuições de revisão, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, exerce funções vitais no organismo Constitucional".

É esse poder que ora lhe é entregue para que V.Ex.ª "se esqueça de si mesmo" como disse Nilo Coelho em seu discurso de posse. Como sabe V.Ex.ª, "aqui se rejeita a mentira, luta-se pelo primado da verdade, faz-se justiça" o que provoca ira e incompreensões. Aqui, também, estamos atentos aos fatos novos que estão acontecendo em nossa vida política, objeto da preocupação do Dr. Arraes em seu discurso de posse em 1963, com destaque para "a participação do povo, cada vez mais assídua e consciente, no processo da sociedade brasileira". Por isso mesmo dizemos, convictamente, que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) não está concluído e ao Dr. Ruy Lins cabe fazer dele o que o artista Miró fez de suas pinturas: "algo igual ao vento, sempre caminhando". Mas, para isso ele necessita de cooperação. Cooperação que, segundo Pontes de Miranda, não elimina divergências, mas antagonismos. Precisamos aceitar a lição de Kant para quem o conhecimento é o esforço do espírito para impor suas leis às coisas, embora, dilo Einstein, não basta o conhecimento da ciência.

Nossa crença, baseada na biografia do novo Presidente, é que o Dr. Ruy, partindo do conhecimento produzido, realize-o e o transmita à toda Instituição em benefício do homem e do seu destino, sem prejuízo da força criadora do saber. Não lhe faltará, como nunca lhe faltou, vontade autêntica e desejo de proceder conforme o devido e o justo.

Nossa palavra final pretendo transmitir a imensa força da esperança quando chora a mágoa sem remédio de perder o irmão José Lins de Albuquerque no 1º dia deste ano. Dr. Ruy foi, novamente, colocado no posto de comando e para que ele possa aguentar firme, pedimos a Deus que lhe dê a ajuda de sua graça e a energia de sua força.

Recife, 02 de janeiro de 1997.

Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos.